

**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO**

Credenciamento de Clínica ou Hospital especializado para tratamento de transtornos mentais graves, severos e moderado para ambos os sexos, maiores de 18 anos, mediante atendimento especializado com equipe multidisciplinar em regime de internação por ordem judicial (compulsória) e /ou involuntária, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

ITEM	CÓDIGO CATSE R	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO SERVIÇO	UNID. DE MEDIDA	QTDE. ESTIMADA	VALOR UNITÁRIO (POR INTERNAÇÃO MENSAL)	VALOR TOTAL MENSAL (PARA 15 INTERNAÇÕES)	VALOR TOTAL (12 MESES)
01	22918	Internação compulsória e/ou involuntária mediante atendimento especializado com equipe multidisciplinar, para tratamento de transtornos mentais graves, severos e moderados, para ambos os sexos, maiores de 18 anos. - Estima-se uma média de 15 pacientes por mês. O número de pacientes pode sofrer pequenas variações de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde.	Internação / Mês	180 (15 internações por mês * 12 meses)	R\$ 4.768,00	R\$ 71.520,00	R\$ 858.240,00

1.1.1. O credenciamento poderá ser realizado pelo período de 12 (doze) meses, a contar da data de publicação do Edital, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, observando-se ainda as demais condições previstas no instrumento convocatório.

1.1.1.1. Conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar, trata-se de um serviço de natureza continuada, pois de acordo com a demanda da Secretaria de Saúde sempre acontece a necessidade de internações de pacientes com transtornos mentais para assegurar um tratamento adequado até o retorno para o convívio familiar e social.

1.1.2. Haverá republicação do edital, com periodicidade não superior a 12 (doze) meses, para garantir a publicidade efetiva do procedimento.

1.1.3. O Termo de Credenciamento oriundo do presente processo terá validade de 12 (doze) meses, contados a partir da data de assinatura do primeiro Termo de Credenciamento, podendo ser prorrogado, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021, desde que mantido aberto o credenciamento.

1.1.4. O Termo de Credenciamento oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.



2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.3. Conforme apresentado no Estudo Técnico Preliminar, a Política Nacional de Saúde Mental tem desenvolvido projetos com investimentos no atendimento de pessoas acometidas por estes distúrbios/transtornos mentais e suas variações (grave, severo e moderado).

2.4. O município não disponibiliza clínicas para este tipo de tratamento e às vezes necessita realizar urgentes internações com possibilidade de estabilidade do quadro. Não há este tipo de serviço no município, o CAPS Centro de Atenção Psicossocial é tipo I, apenas para internação Dia, e não 24 horas. O município de Barão de Cocais atualmente possui uma demanda de pacientes que necessitam deste tipo de internação. Estes pacientes já fazem parte da rede municipal de atendimento, via CAPS. São pessoas que, em razão do grau de transtorno mental que apresentam (diga-se, já diagnosticados pela rede municipal de saúde, via CAPS) necessitam de assistência e cuidados contínuos para todos os atos da vida como: alimentação, higiene pessoal, lazer, segurança, assistência médica e gerência de sua vida financeira, etc., assegurando-lhes uma qualidade de vida. No momento são 06 (seis) casos de internações de paciente portador de transtorno de natureza grave em clínica especializada, em caráter de urgência.

2.5. A realização de um procedimento licitatório, na qual se busca atendimento das necessidades da ordem médica especializada, na forma reportada, pelo preço justo que a Administração Municipal se dispõe a pagar pela internação de paciente/mês trará uma economia para o município tendo em vista o custo gerado por essas internações, caso optem pelo custeio integral do tratamento dispensado e necessário ao cidadão que vier a necessitar de utilizar do mesmo. São equipes multidisciplinares, das mais diversas especialidades médicas, psíquicas e psicológicas que devem ser disponibilizados para um tratamento destes transtornos. Espaços adequados e medicamentos de ponta. A contratação se mostra viável, útil e necessária para atender à demanda local.

Previsão da contratação

2.6. Para o exercício de 2024, o município de Barão de Cocais não elaborou o Plano de Contratações Anual, porém o objeto em questão encontra-se previsto nos seguintes instrumentos de planejamento: LOA – Lei Orçamentária Anual nº 2109/2023 e PPA – Plano Plurianual nº 1986 – 2021.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

3.1. Trata-se da necessidade de oferta de local – Clínica ou Hospital Especializado, que ofereça tratamento especializado em pessoas portadoras de transtornos mentais graves, severos e moderados que necessitam de cuidados especiais, em estabelecimento

especializado, mediante atendimento especializado com equipe multidisciplinar, em regime de internação por ordem judicial (compulsória) e/ou involuntária. As internações involuntárias ocorrerão somente após o diagnóstico médico/psiquiátrico/psicológico, efetuado pela equipe médica da rede municipal de saúde, da Secretaria Municipal de Saúde deste município.

3.2. Optar pela contratação através de credenciamento conforme artigo nº 79, inciso I, da Lei nº 14.133/2021 de clínica/hospital especializado para internação de pacientes com transtornos mentais é uma decisão fundamentada em assegurar um tratamento mais eficaz, seguro e completo. Essa abordagem não apenas melhora a condição clínica dos pacientes, mas também oferece um suporte robusto às suas famílias e maximiza a eficiência dos recursos investidos. Em última análise, essa escolha promove a recuperação e a reintegração dos pacientes, contribuindo para uma melhor qualidade de vida e uma sociedade mais inclusiva.

3.3. Na hipótese de contratação paralela e não excludente, caso não se pretenda a convocação, ao mesmo tempo, de todos os credenciados para a execução do serviço ou fornecimento do bem, o edital deverá prever os critérios objetivos de distribuição da demanda, devendo ser adotados, os seguintes:

I - Convocação dos credenciados por ordem de inscrição;

3.4. Não havendo possibilidade de atendimento devido a número de profissionais disponíveis, estrutura física insuficiente, ou quanto a menor experiência em algum tipo de tratamento específico para determinado transtorno mental, a clínica/hospital deverá justificar para que seja dado vez ao próximo da fila.

3.5. No caso da convocada, por motivo superveniente e justificado, não puder atender ao chamado, será dada vez à próxima da fila. Não será permitida a convocação da mesma empresa para mais de um atendimento seguido, exceto se apenas uma estiver credenciada para aquele serviço ou se as convocadas estiverem incapacitadas de atender ao chamado, ficando ao encargo do agente responsável pela convocação e controle.

3.6. A Clínica/Hospital deverá garantir:

3.6.1. Equipe Multidisciplinar Qualificada

3.6.1.1. Qualificações da Equipe: A equipe deve incluir psiquiatras, psicólogos, enfermeiros especializados em saúde mental, assistentes sociais e terapeutas ocupacionais com experiência e formação adequadas.

3.6.2. Infraestrutura e Segurança

3.6.2.1. Instalações Adequadas: oferecer instalações seguras, confortáveis e bem equipadas, incluindo áreas para terapia, recreação e atividades ao ar livre.

3.6.2.2. Segurança: A presença de protocolos de segurança, como monitoramento 24 horas, controle de acesso e planos de emergência.

3.6.3. Tratamento Personalizado

3.6.3.1. Planos de Tratamento Individualizados: O paciente deve receber um plano de tratamento personalizado, baseado em uma avaliação detalhada de suas necessidades específicas.

3.6.3.2. Participação Familiar: Incentivar a participação da família no processo de tratamento e recuperação.

3.6.4. Transparência e Comunicação

3.6.4.1. Informações Claras: Deve fornecer informações claras e detalhadas sobre os serviços oferecidos, custos, direitos e deveres do paciente e da família.

3.6.4.2. Comunicação Efetiva: Manter uma comunicação constante e aberta com a família, informando sobre a evolução do paciente e qualquer mudança no plano de tratamento.

3.6.5. Aspectos Legais e Direitos do Paciente

3.6.5.1. Direitos Humanos: Garantir que os direitos humanos dos pacientes sejam respeitados em todos os momentos, incluindo o direito à privacidade, dignidade e tratamento justo.

3.6.6. Suporte Pós-Internação

3.6.6.1. Planos de Alta: Oferecer um plano de alta bem estruturado, incluindo recomendações para continuidade do tratamento e suporte pós-internação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Infraestrutura Adequada: Disponibilidade de instalações adequadas e equipadas para oferecer serviços de saúde mental, conforme as normativas vigentes.

4.2. Documentação Legal: Apresentação de toda a documentação exigida por lei, incluindo licenças de funcionamento, alvarás e certificados de regularidade.

4.3. Capacidade de Atendimento: Capacidade comprovada de atender a um número mínimo de pacientes, garantindo a continuidade e a qualidade dos serviços prestados.

4.4. Antes da assinatura do contrato a Secretaria de Saúde designará um técnico para verificar in loco se o estabelecimento atende todas as especificações do Edital.

Sustentabilidade

4.5. A instituição poderá adotar os seguintes critérios de sustentabilidade:

4.5.1. Eficiência energética: Medidas para reduzir o consumo de energia, como a utilização de equipamentos com baixo consumo ou a implementação de sistemas de gestão de energia;

4.5.2. Gestão de resíduos: Práticas adequadas para a gestão de resíduos, como a segregação correta, o encaminhamento para reciclagem ou tratamento adequado.

4.5.3. Gestão da água: Medidas de economia de água, como a utilização de torneiras e chuveiros com dispositivos economizadores, a implementação de sistemas de captação de água da chuva ou a reutilização da água.

Subcontratação

4.6. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da Contratação

4.3. Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar:

4.3.1. Por se tratar de serviços onde os pagamentos são realizados após a prestação dos mesmos devidamente comprovados, não será exigida garantia de acordo com art. 96 da Lei nº 14.133/2021.

4.3.2. A não exigência de garantia pode incentivar a participação de um número maior de estabelecimentos especializados no fornecimento de serviços de saúde mental. Isso poderia aumentar a concorrência entre esses estabelecimentos e, potencialmente, levar a uma melhora na qualidade e eficiência dos serviços oferecidos.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Prazo de Execução: Atender à solicitação de internação, através de emissão de comunicado e Ordem de Serviço, emitido pelo Município licitante, a pedido do CAPS, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis.

5.1.2. A Contratada deve ter equipe multidisciplinar com médico, psiquiatra, psicólogo, assistente social e equipe de enfermagem 24 horas.

5.1.3. Oferecer atendimento de grupo e/ou individual semanal dos profissionais.



5.1.4. A aceitação da pessoa encaminhada por meio de mandado judicial pressupõe a aceitação das normas e do programa terapêutico dos serviços, por parte do residente.

5.1.5. Os serviços deverão ter explicitado no seu Programa Terapêutico, bem como o tempo máximo de internação, evitando a cronificação do tratamento e a perda dos vínculos familiares e sociais.

5.1.6. Fornecer os medicamentos específicos e necessários ao tratamento de transtornos mentais, devida e regularmente prescritos por profissionais qualificados para tal intento.

5.1.7. Realizar, durante a internação, exames complementares que forem necessários.

5.1.8. Prestar assistência clínica, médico, psiquiátrica e psicológica, sempre que necessário.

5.1.9. Garantir a troca de informações entre os integrantes da clínica e a Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio do CAPS.

5.1.10. Promover, sempre que necessário, a adequada remoção do paciente, quando ocorrer intercorrências médicas.

5.1.11. Fornecer relatórios sobre o desenvolvimento do tratamento, conforme solicitação do CAPS.

5.1.12. Promover a orientação multidisciplinar à família do paciente.

5.1.13. Manter regime de internação por 24 horas ininterruptas durante o período de tratamento.

5.1.14. Manter equipe multidisciplinar.

5.1.15. Sujeitar-se à fiscalização dos serviços realizada pelo CAPS.

5.1.16. Atender aos beneficiários com elevado padrão de eficiência e estrita observância ao Código de Ética de sua respectiva categoria.

5.1.17. Em hipótese alguma, cobrar qualquer valor, de qualquer natureza, diretamente do paciente/servidor desta CREDENCIANTE ou de seus familiares, nem exigir que o paciente, ou seus familiares, assinem fatura ou guia de atendimento em branco.

5.1.18. Apresentar o Projeto Terapêutico a ser desenvolvido, conforme evolução do paciente.

5.1.19. À Prefeitura Municipal de Barão de Cocais compete o encaminhamento do paciente para a internação, bem como a remoção do paciente, quando vier a receber a alta médica.

5.1.20. O paciente será acompanhado por um profissional da equipe do CAPS, quando da sua internação ou remoção por alta médica.

5.2. Local da prestação dos serviços: Os serviços serão realizados no endereço da(o) Clínica ou Hospital Especializado. O estabelecimento contratado deverá funcionar 24 horas.

5.3. Especificação da garantia do serviço: O prazo de garantia dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO

6.1. O Termo de Credenciamento deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do Termo de Credenciamento, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a credenciada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do Termo de Credenciamento ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa credenciada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da credenciada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Fiscalização

6.6. A execução do Termo de Credenciamento deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do Termo de Credenciamento, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

6.7. O fiscal do Termo de Credenciamento acompanhará a execução do mesmo, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no Termo de Credenciamento, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal prestará apoio técnico e operacional ao gestor do Termo de Credenciamento com informações pertinentes às suas competências;

6.9. O fiscal anotará no histórico de gerenciamento do Termo de Credenciamento todas as ocorrências relacionadas à execução do Termo de Credenciamento, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º).



- 6.10.** O fiscal emitirá notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexatidão ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;
- 6.11.** O fiscal informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 6.12.** O fiscal comunicará imediatamente ao gestor do Termo de Credenciamento quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do Termo de Credenciamento nas datas estabelecidas.
- 6.13.** O fiscal fiscalizará a execução do Termo de Credenciamento para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao gestor do Termo de Credenciamento para ratificação.
- 6.14.** O fiscal comunicará ao gestor do Termo de Credenciamento, em tempo hábil, o término do Termo de Credenciamento sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.
- 6.15.** O fiscal participará da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do Termo de Credenciamento;
- 6.16.** O fiscal auxiliará o gestor do Termo de Credenciamento com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo credenciado;
- 6.17.** O fiscal prestará apoio técnico e operacional ao gestor do Termo de Credenciamento, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao Termo de Credenciamento e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;
- 6.18.** O fiscal verificará a manutenção das condições de habilitação da credenciada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;
- 6.19.** O fiscal examinará a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias e, na hipótese de descumprimento, comunicará ao gestor do Termo de Credenciamento para providências cabíveis;
- 6.20.** O fiscal atuará tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportará ao gestor do Termo de Credenciamento para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;
- 6.21.** O fiscal realizará o recebimento provisório do objeto do Termo de Credenciamento, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências contratuais.



Gestor do Termo de Credenciamento

6.22. O gestor do Termo de Credenciamento coordenará as atividades relacionadas à fiscalização;

6.23. O gestor do Termo de Credenciamento acompanhará os registros realizados pelos fiscais do Termo de Credenciamento, das ocorrências relacionadas à execução do Termo de Credenciamento e as medidas adotadas, e informará à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

6.24. O gestor acompanhará a manutenção das condições de habilitação do credenciado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

6.25. O gestor coordenará a rotina de acompanhamento e de fiscalização do Termo de Credenciamento, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e verificar a necessidade de adequações ao Termo de Credenciamento para fins de atendimento da finalidade da administração;

6.26. O gestor requererá junto à Coordenadoria de Contratos e Atas, em tempo hábil, a renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;

6.27. O gestor coordenará os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente à Coordenadoria de Contratos e Atas para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos Termos de Credenciamento, entre outros;

6.28. O gestor elaborará o relatório final de que trata a alínea “d” do inciso VI do § 3º do art. 174 da Lei nº 14.133, de 2021, com as informações obtidas durante a execução do Termo de Credenciamento;

6.29. O gestor coordenará a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do Termo de Credenciamento, com apoio dos fiscais;

6.30. O gestor realizará o recebimento definitivo do objeto do Termo de Credenciamento, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

6.31. O gestor tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021.

Gestor: Edson Adão dos Santos - Secretário Municipal de Saúde

Fiscal: Edvânia Rosaria Silva – Secretaria Municipal de Saúde

7. DOS CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO PARA FATURAMENTO



7.1. A medição dos serviços será realizada através de relatórios enviados para a Secretaria Municipal de Saúde contendo informações da evolução do quadro de saúde dos pacientes, mensalmente.

Do recebimento

7.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, pelos fiscais, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.3. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.4. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

7.5. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.5.1. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último;

7.5.2. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.5.3. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. ([Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021](#))

7.5.4. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.5.5. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.6. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que



julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.7. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 03 (três) dias úteis, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.7.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, se for o caso, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento.

7.7.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.7.3. Emitir Termo Detalhado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.7.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.7.5. Enviar a documentação pertinente ao setor responsável para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.8. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do [art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021](#), comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.9. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.10. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

Forma de Pagamento

7.11. O pagamento será efetuado em até 30 (trinta) dias, contados a partir do recebimento da nota fiscal, que deverá ser apresentada juntamente com o relatório das medições, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pela CREDENCIADA.



7.12. Em caso de irregularidade na emissão dos documentos fiscais, o prazo de pagamento será contado a partir da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

7.13. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar o fornecimento do objeto.

7.14. Nas Notas Fiscais deverão constar os dados bancários completos da CREDENCIADA, sob pena de não realização do pagamento até a sua efetiva apresentação.

7.15. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, bem como a comprovação da manutenção das condições de habilitação exigidas no Edital. Constatando-se a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverá ser providenciada sua advertência, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, prorrogável uma vez por igual período, a critério da Administração, a CREDENCIADA regularize sua situação. Não havendo regularização, a Administração deverá adotar as medidas necessárias à rescisão, nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

7.16. Os valores referentes às obrigações financeiras decorrentes de penalidades ou inadimplências de responsabilidade da CREDENCIADA serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da CONTRATANTE.

7.17. O pagamento das Notas Fiscais não significa sua aprovação definitiva pela CONTRATANTE. Assim, todo pagamento que posteriormente vier a ser considerado contratualmente indevido será descontado de pagamentos posteriores devidos à CREDENCIADA ou cobrado judicialmente.

7.18. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.19. A CREDENCIADA não poderá pleitear qualquer adicional nos preços por faltas ou omissões que porventura venham a serem verificadas em sua proposta.

7.20. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável. A CREDENCIADA regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar. É vedado ao contratado transferir a terceiros os direitos ou créditos decorrentes do contrato ou outros documentos hábeis, tais como carta-contrato, nota de empenho de despesa, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.

7.21. Nos casos de atraso pela CONTRATANTE, os valores devidos à CREDENCIADA serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

8. OBRIGAÇÕES DAS PARTES

8.1. São obrigações da **CREDENCIANTE**, além de outras previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente:

8.1.1. Quando de responsabilidade da Credenciante, disponibilizar, em tempo hábil, todas as instalações, equipamentos e suprimentos necessários à perfeita execução do objeto;

8.1.2. Fornecer à CREDENCIADA todos os esclarecimentos e informações necessárias para a execução do objeto;

8.1.3. Enviar a Autorização de fornecimento à CREDENCIADA;

8.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Credenciada, através de servidor especialmente designado;

8.1.5. Notificar a Credenciada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades na entrega do objeto, para que seja substituído, reparado ou corrigido no prazo mínimo necessário;

8.1.6. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência;

8.1.7. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

8.1.8. Efetuar os pagamentos à Credenciada no valor correspondente à execução, na forma e prazo estabelecidos neste Termo de Referência;

8.1.9. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Credenciada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Referência, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Credenciada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

8.2. São obrigações da **CREDENCIADA**, além de outras previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente:

8.2.1. Entregar o objeto conforme fixado neste Termo de Referência, respondendo civil e criminalmente pelas consequências de sua inobservância total ou parcial;

8.2.2. Cumprir todas as obrigações constantes neste Termo de Referência, no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;

8.2.3. Realizar os fornecimentos em perfeitas condições, conforme especificação, prazo e local estipulados, constantes neste Termo de Referência;



8.2.4. Responsabilizar-se tecnicamente pelos objetos constantes deste Termo de Referência;

8.2.5. Responsabilizar-se pela orientação dos empregados a serviço da execução do objeto, a fim de garantir a sua qualidade, de acordo com as normas técnicas adequadas e em estrita observância à legislação federal, estadual e municipal aplicáveis;

8.2.6. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos e/ou prejuízos causados à Credenciante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo, na pessoa de empregado, preposto ou terceiros a seu serviço, na execução do objeto, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou acompanhamento pelo Credenciante, com observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação pertinentes ao objeto deste Termo de Referência;

8.2.7. Cumprir rigorosamente os prazos pactuados;

8.2.8. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas pelo Credenciante quanto ao objeto;

8.2.9. Não ceder ou subcontratar, inteira ou parcialmente, os direitos e obrigações deste objeto ou os dele resultantes;

8.2.10. Submeter-se à fiscalização da CREDENCIANTE, durante toda a vigência do Termo de Credenciamento;

8.2.11. Manter durante todo o período de vigência do Termo de Credenciamento as mesmas condições exigidas para habilitação;

8.2.12. Executar a prestação com integral observância das disposições contidas no Termo de Credenciamento;

8.2.13. Zelar para que seu pessoal mantenha a disciplina nos locais da prestação, obedecendo rigorosamente às normas estabelecidas pelo Município de Barão de Cocais, que poderá exigir, a qualquer tempo, o imediato afastamento e a substituição de qualquer empregado da empresa a ser contratada que apresente conduta inconveniente ou insatisfatória;

8.2.14. Responsabilizar-se pelos tributos federais, estaduais ou municipais, que por ventura incidam ou venham a incidir sobre o Termo de Credenciamento, bem como pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, taxas, impostos e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução deste objeto;

8.2.15. Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições para qualificação exigidas no edital, em cumprimento ao disposto no Inciso XVI do artigo 92 da Lei nº 14.133/21;



8.2.16. Apresentar sempre que solicitado pelo Credenciante, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, legalmente exigíveis;

8.2.17. Submeter-se às normas e determinações do Credenciante no que se referem à execução do objeto;

8.2.18. Cumprimento das demais cláusulas previstas neste Termo de Referência ou ainda na legislação pertinente.

9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

9.3. O contratado será selecionado por meio da realização de procedimento de inexigibilidade de licitação, através de procedimento auxiliar de **CREDENCIAMENTO**, com fundamento na hipótese do art. 74, inciso IV da Lei n.º 14.133/2021, combinado com o artigo 79, inciso I da Lei 14.133/2021.

9.3.1. O credenciamento será realizado na hipótese de **contratação paralela e não excludente**, com fundamento no art. 79, inciso I da Lei 14.133/2021.

9.3.1.1. Critérios objetivos de distribuição da demanda:

I - Convocação dos credenciados por ordem de inscrição;

Obs.: Será considerado o dia da inscrição aquele em que todos os documentos exigidos no edital forem apresentados na sua completude e regularidade.

9.3.1.2. Não havendo possibilidade de atendimento devido a número de profissionais disponíveis, estrutura física insuficiente, ou quanto a menor experiência em algum tipo de tratamento específico para determinado transtorno mental, a clínica/hospital deverá justificar para que seja dado vez ao próximo da fila.

Exigências de habilitação

9.4. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

Qualificação Econômico-Financeira

9.5. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.6. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:

9.6.1. Índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

9.6.2. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e

9.6.3. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

9.6.4. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.6.5. A licitante deve, sempre que questionada, comprovar a legalidade da documentação enviada para este fim, que deverá conter, no mínimo:

9.6.5.1. A integralidade das contas que compõem o Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido e as contas de resultado, de forma que seja possível verificar os saldos apurados.

9.6.5.2. Comprovante de autenticação da escrituração contábil junto ao registro público competente.

9.6.5.2.1. O comprovante de autenticação poderá ser substituído por Recibo de Entrega da Escrituração Contábil Digital – ECD, gerado pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, ou comprovante de publicação das demonstrações financeiras na forma determinada pelo art. 289 da Lei n. 6.404/1976.

9.6.6. Caso a empresa licitante apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor a ser contratado.

9.6.6.1. O patrimônio líquido, indicador financeiro usualmente utilizado para avaliar a capacidade das empresas de executarem e manterem as obrigações contratuais, reflete a saúde financeira global da empresa, uma vez que representa a diferença entre os ativos e passivos. A verificação de um patrimônio líquido saudável pode indicar a capacidade da empresa de suportar riscos e imprevistos durante a execução do contrato, bem como da sua estabilidade financeira. Assim, o estabelecimento da comprovação de patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, percentual máximo legal previsto na lei, visa garantir que as empresas interessadas na presente contratação tenham uma base financeira sólida para cumprir as obrigações contratuais sem atropelos. Estabelecer esse limite é uma maneira de mitigar riscos e garantir a qualidade na execução dos serviços contratados.



9.6.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

Qualificação Técnica

9.7. Solicitação de credenciamento nos termos do **Anexo I deste Termo de Referência;**

9.8. Certidão de Regularidade da Licitante junto ao Conselho Regional competente com indicação do Responsável Técnico.

9.9. Alvará Sanitário do estabelecimento, expedido pela vigilância sanitária ou outro órgão competente.

9.10. Alvará de funcionamento vigente, expedido pela Prefeitura local.

9.11. Cópia do Cadastro Nacional de Estabelecimento de Saúde – CNES.

9.12. Comprovação de que a empresa possui em seu Quadro Permanente de Pessoal a equipe multidisciplinar contendo médico, psiquiatra, psicólogo, assistente social e equipe de enfermagem, devidamente reconhecido pelo Conselho Regional da atividade pertinente.

9.13. Caso o interessado esteja isento de algum documento exigido neste edital deve apresentar declaração do órgão expedidor informando sua isenção

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento do Município.

10.1.1. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA/FICHA	FONTE DE RECURSO	ORIGEM DO RECURSO
02.08.03.10.302.1004.2087.3.3.93.39.00	1.500	Recurso Próprio

10.2. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

11.1. O custo estimado total da contratação é de **R\$ 858.240,00 (oitocentos e cinquenta e oito mil, duzentos e quarenta reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela constante no tópico 1.1 deste Termo de Referência.



11.1.1. O valor a ser pago pela prestação dos serviços, objeto desse Termo de Referência, foi estabelecido no **Decreto nº 238, de 28 de junho de 2024**, constata no Anexo I deste Termo de Referência.

12. ANEXOS DO TERMO DE REFERÊNCIA

12.1. São parte integrante deste Termo de Referência os seguintes Anexos:

12.1.1. Anexo I - Decreto de Fixação de Valores

12.1.2. Anexo II - Solicitação de Credenciamento

12.1.3. Anexo II - Declaração de Responsabilidade

Barão de Cocais/MG, *data da assinatura eletrônica.*

Elaborado¹ por: Ana Cristina da Motta - Coordenadoria de Termo de Referência

Aprovado por:

Edson Adão dos Santos
Secretário Municipal de Saúde

¹ O Termo de Referência foi desenvolvido pela área administrativa, por meio da Coordenadoria de Termo de Referência, baseando-se nas informações do Estudo Técnico Preliminar (ETP) elaborado pela área requisitante/técnica, bem como em outros documentos relacionados à fase preparatória do processo licitatório em questão.



ANEXO I

DECRETO DE FIXAÇÃO DE VALORES



MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS
ESTADO DE MINAS GERAIS

DECRETO Nº 238, DE 28 DE JUNHO DE 2024

CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico para os devidos fins nos termos do art. 69 §1º da Lei Orgânica Municipal, que o Decreto nº 238/2024 foi publicada no quadro de avisos da Prefeitura Municipal de Barão de Cocais/MG, em 28/06/2024.

Assinado de forma digital
por DIEGO JUNIOR DOS
SANTOS
Dados: 2024.06.28
17:30:06 -03'00'
Diego Junior Santos
Matrícula: 11016-0

“Dispõe sobre o pagamento pelos serviços prestados pelas clínicas e hospitais que se credenciarem no Processo nº 0077/2024, Inexigibilidade nº 0024/2024.”

O **PREFEITO MUNICIPAL DE BARÃO DE COCAIS**, usando de suas atribuições, que lhe confere o art.52, inciso II e VIII, da Lei Orgânica Municipal e;

DECRETA:

Art. 1º. Este Decreto dispõe sobre o pagamento pelos serviços prestados pelas clínicas e hospitais que se credenciarem no Processo nº 0077/2024, Inexigibilidade nº 0024/2024.

Item	Descrição detalhada do produto ou serviço	Quantidade estimada (UN)*	Preço unitário por paciente (mês)	Preço total estimado
1	<p>Internação compulsória e/ou involuntária mediante atendimento especializado com equipe multidisciplinar, para tratamento de transtornos mentais graves, severos e moderados, para ambos os sexos, maiores de 18 anos</p> <p>-Estima-se uma média de 15 (quinze) pacientes por mês</p> <p>O número de pacientes pode sofrer pequenas variações de acordo com a necessidade de saúde.</p>	<p>15 pacientes por mês</p> <p>(180 internações totais para os doze meses)</p>	R\$ 4.768,00	<p>R\$ 858.240,00</p> <p>(total estimado para doze meses, considerando 15 pacientes mensais).</p>



**MUNICÍPIO DE BARÃO DE COCAIS
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Art. 2º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação e revoga na totalidade o Decreto nº 361, de 26 de junho de 2024, bem como demais disposições em contrário.

Barão de Cocais, 28 de junho de 2024.

DECIO GERALDO
DOS
SANTOS:025651986
20

Assinado de forma digital
por DECIO GERALDO DOS
SANTOS:02565198620
Dados: 2024.06.28
17:30:41 -03'00'

Décio Geraldo dos Santos
Prefeito Municipal



ANEXO II
SOLICITAÇÃO DE CREDENCIAMENTO

(Razão Social):, (CNPJ). (Endereço): Rua, solicita à Prefeitura Municipal de Barão de Cocais o Credenciamento para prestar os seguintes serviços:

ITEM	QTDE ESTIMADA	UNID. DE MEDIDA	DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO
01	180 (15 internações por mês * 12 meses)	Internação / Mês	Internação compulsória e/ou involuntária mediante atendimento especializado com equipe multidisciplinar, para tratamento de transtornos mentais graves, severos e moderados, para ambos os sexos, maiores de 18 anos. - Estima-se uma média de 15 pacientes por mês. O número de pacientes pode sofrer pequenas variações de acordo com a necessidade da Secretaria de Saúde.

Declaramos para os devidos fins que conhecemos e nos submetemos a todas as exigências do edital de credenciamento n.º .../ 2024 e que o estabelecimento possui todas as exigências.

Local:

Data:

Assinatura e Carimbo



ANEXO III

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

À

Prefeitura Municipal de Barão de Cocais

Ref.: Processo de Chamamento Público para Credenciamento nº 077/2024

Processo de Inexigibilidade nº 024/2024

A empresa _____, estabelecida (o) na Rua _____, nº _____, Bairro _____, cidade de _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, através do seu Representante Legal _____ DECLARA, sob as penas da lei, que se responsabiliza pela prestação dos serviços em conformidade com a legislação pertinente e que concorda em prestar os serviços objeto do edital do Processo nº 077/2024 – Inexigibilidade nº 024/2024, aceitando receber os valores constantes no Decreto nº 238, de 28 de junho de 2024 e as condições estabelecidas no edital.

Por ser expressão de verdade, firmamos o presente.

Local, de de 2025.

Assinatura do responsável:

Nome (completo):

(carimbo da empresa e/ou individual)